

Educação de jovens e adultos: as práticas pedagógicas do movimento brasileiro de alfabetização em Patos de Minas, MG (1970-1980)

Leni Rodrigues Coelho¹

Resumo

Este artigo analisa as ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) enquanto política pública, implantada no município de Patos de Minas em um período histórico determinado (regime militar). Neste sentido, procura-se compreendê-lo como um movimento organizado de forma hierárquica e com objetivo de elaborar e propagar concepções de mundo, de homem e de educação de acordo com os ideais almejados pela sociedade dominante. Estes ideais estão intimamente ligados ao sistema político e econômico do país.

Palavras-chave

Educação de Jovens e Adultos, MOBRAL, Educação Popular.

1. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, professora da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: lenicoelho@yahoo.com.br.

Youth and adults education: the pedagogic practices of brazilian literacy movement in Patos de Minas, MG (1970-1980)

Leni Rodrigues Coelho*

Abstract

This article analyzes the actions of the Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) – Literacy State Program - while public politics, implanted in Patos de Minas, MG in a certain historical period (military dictatorship). In this sense, tries to understand it as an organized movement in a hierarchical way and with objective of prepare and propagate world's conceptions, of man and of education in agreement with the ideals longed for by the dominant society, ideals that are intimately linked to the political and economical system of the country.

Keywords

Youths and Adults Education, MOBRAL, Popular Education.

* Master in Education at Universidade Federal de Uberlândia, professor at Universidade do Estado do Amazonas.
E-mail: lenicoelho@yahoo.com.br.

A educação em nosso país se apresenta como um fator preocupante, uma vez que tal cenário mostra índices elevados acerca do analfabetismo. Dessa forma, a educação de jovens e adultos faz parte dessa conjuntura, já que esses sujeitos são responsabilizados pelos possíveis fracassos enfrentados pelo Brasil. No decorrer dos anos foram surgindo fatos marcantes no âmbito social, econômico, político e cultural que contribuíram para a conscientização de que era necessário buscar soluções para erradicar o analfabetismo de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no tempo adequado.

Assim, tornava-se urgente a criação de campanhas que realizassem estudos e projetos ligados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e também buscassem fontes de recursos para sua viabilização. Diante de tantas campanhas acerca da alfabetização de jovens e adultos, criadas e extintas no Brasil, somente no governo Costa e Silva foi criado, por meio da Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), fruto do trabalho de um grupo interministerial.

Embora o MOBRAL tenha sido criado em 1967, sua implantação, em Patos de Minas, ocorreu apenas no dia 17 de setembro de 1970, demorando, portanto, quase três anos para que fosse desenvolvido naquele município. O projeto iniciou-se em caráter experimental, sendo oferecido inicialmente para trinta e duas cidades e a partir de setembro do ano de 1970 começou sua operação em grande escala.

O Movimento preocupou-se em divulgar sua ideologia tanto no âmbito nacional quanto local. É possível perceber tais dados a partir da análise feita nas reportagens dos jornais daquele período que circulavam em Patos de Minas. Tais jornais propagavam o discurso em prol da erradicação do analfabetismo por meio do Mobral.

De acordo com Corrêa (1979), o MOBRAL se estabeleceu através de Comissões Municipais (COMUM), constituídas principalmente por voluntários e representantes

locais. Cada Comissão tinha autonomia para preencher funções e desenvolver atividades de alfabetização, porém, essa autonomia dependia do sucesso ou insucesso dos resultados obtidos. Dessa forma, percebe-se que o Movimento possuía uma estrutura hierárquica e, também tinha seus cargos ocupados por indicação de lideranças locais. Esse tipo de prática era percebida no que se refere ao cargo de professores, já que estes não passavam por um processo seletivo para atuar na área.

A partir das informações prestadas por meio de entrevistas orais pelas ex-professoras acerca dos critérios utilizados para selecionar os professores do MOBRAL, verifica-se que não havia publicação de edital para processo seletivo, pois as professoras eram escolhidas dentre as melhores alunas do 2º ano do Ensino Normal, por uma professora da Escola Normal, que ocupava também o cargo de Coordenadora Geral da Comissão Municipal. Portanto, pode-se dizer que esse cargo era ocupado a partir da indicação da COMUM. A esse respeito, a ex-professora, faz o seguinte comentário:

Bom, elas tinham que estar fazendo o Curso Normal, tinham que estar no 2º ano, tinham que ter um bom rendimento escolar, ser as melhores alunas da turma, tinham que ter um bom comportamento moral dentro e fora da sala de aula[...]. Geralmente a Dona X, era quem escolhia. Então, ela fazia a seleção dessa forma (Luzia: ex-professora).

Na entrevista foi possível apreender que as ex-professoras não tinham uma qualificação profissional adequada. No entanto, se for analisado o contexto em que se encontrava o município de Patos de Minas no início da década de 1970, observa-se que não poderia haver professores atuando no Movimento com o ensino superior, já que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário de Patos de Minas foi criada também apenas em 1970.

Os dados do IBGE do ano de 1970 mostram a dura realidade no âmbito

educacional do município de Patos de Minas. Neste período, havia um percentual elevado de pessoas sem instrução ou apenas com as séries iniciais do ensino fundamental, estes últimos somavam aproximadamente 80% da população entrevistada. Isso se apresentava como um fator agravante no que tange ao desenvolvimento e progresso da região, pois a educação era vista como fator primordial no que concerne a tais conquistas.

Este discurso se fez presente em todo o desenrolar do Movimento, já que este pregava a ideologia de que o indivíduo deveria ser qualificado para poder desenvolver a consciência de seus direitos e deveres, o que propiciaria melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, o tornaria um ser ativo e participativo na sociedade. Tal ideia, pode ser verificada em matéria jornalística concedida à Folha Diocesana em fevereiro de 1972, por Maria do Carmo Moller, funcionária do Movimento no Estado de Minas Gerais, que esteve presente na cidade a fim de inspecionar e orientar quanto aos objetivos e filosofia do MOBREAL. Na entrevista a funcionária esclarece a importância da semi-qualificação na vida do ser humano.

Semi-qualificação é o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de habilidades que influem na subsistência da família. Atividades desenvolvidas no meio da família podem concorrer de forma efetiva para melhorar o seu nível econômico, além de favorecer a criação de pequenos núcleos industriais, comerciais e agrícolas. Nós estimulamos o aperfeiçoamento de fibras, frutos minerais, isto é, os recursos materiais locais. Procuramos desenvolver no grupo familiar o uso e emprego do dinheiro, organização do tempo, a distribuição de tarefas de acordo com as possibilidades de cada membro, os hábitos de trabalho e participação em equipe, a compreensão dos próprios direitos e deveres comunitários. (Folha Diocesana, 1972, p. 05).

Diante do entusiasmo da elite governamental pelo desenvolvimento e progresso do país, percebe-se a existência de

um jogo ideológico no intuito de convencer a sociedade de que os problemas enfrentados pelo país eram exclusivamente de ordem educacional, ou seja, os únicos culpados pelo atraso do país eram os analfabetos, conforme artigo jornalístico, publicado no jornal Correio de Patos, acerca deste assunto.

O grande número de pessoas analfabetas e semi-analfabetas impede o desenvolvimento de um país. Participar do trabalho de alfabetização é participar ativamente no Desenvolvimento do Brasil, permitindo a todos os indivíduos alcançarem melhores condições de vida, de uma vida digna e construtiva. O alfabetizado é, portanto, um agente de Progresso e Desenvolvimento. A alfabetização não é só ensinar o aluno a ler, escrever e contar, mas também dar-lhes oportunidades de desempenhar conscientemente seu papel de cidadão e membro produtivo da sociedade. Portanto a criação do MOBREAL, vem tendo isso: proporcionar através da alfabetização melhores condições e melhores níveis de vida culturais e econômica, de acordo com as possibilidades de cada indivíduo (Correio de Patos, 1980, p. 04).

Segundo Corrêa (1979), o MOBREAL era um movimento eminentemente municipalista, uma vez que adotou uma política descentralizadora, já que as lideranças locais tinham autonomia e liberdade para executá-lo. Por isso, este seria um exemplo vivo de uma política em que as comissões municipais poderiam tomar suas decisões sem consultar o órgão central. No entanto, Haddad (1991) ressalta que foi criada uma estrutura adequada aos objetivos políticos, pois sua intenção era a de criar uma campanha de massa com um controle doutrinário.

No que tange ao âmbito local, verifica-se uma inegável hierarquia, uma vez que a COMUM estava atenta ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelas professoras, e isso se dava por meio de fiscalização e treinamento do pessoal envolvido no Movimento. Quanto ao processo pedagógico, era centralizador e hierárquico, uma vez que o professor

não tinha autonomia para desenvolver suas atividades, pois tais atividades eram recebidas prontas pelos coordenadores, cabendo a estes, apenas colocá-las em prática., conforme entrevista concedida por uma ex-professora:

O professor não tinha autonomia nenhuma. O processo pedagógico era proposto pelos coordenadores e o professor tinha que seguir a risca aquilo que era imposto. Ele era autoritário. O MOBRAL acreditava que sabia o que era melhor pro povo. As atividades eram impostas pelos planejadores. Militarismo mesmo (Márcia: ex-professora).

De acordo com Haddad (1991), os coordenadores e supervisores tinham como função garantir a implantação das orientações gerais do MOBRAL. Para tanto, foi necessário o treinamento dos supervisores através de encontros nacionais realizados no Rio de Janeiro.

No que se refere às atribuições administrativas e pedagógicas da supervisoras de área, elas se resumiam em:

diagnosticar o município quanto ao número de analfabetos, implantar classes, verificar recursos humanos, financeiros e materiais, assinar convênios, verificar prestação de contas, avaliar e promover recrutamento de alfabetizadores, professores, alunos, locais e equipamentos. Capacitar todo pessoal envolvido, reciclar, orientar quanto às medidas corretivas, supervisionar o funcionamento de todos os programas, elaborar planejamentos com os grupos visando minimizar as falhas quanto a metodologia. Realizar treinamentos específicos, treinar em serviço com trabalho cooperativo, promover ações voluntárias, atividades culturais, realizar cursos profissionalizantes, etc (Sônia: ex-supervisora).

Ao fazer uma análise dessa entrevista da ex-supervisora de área de Patos de Minas, percebe-se uma organização estritamente hierárquica. Ficou evidente que os supervisores eram treinados pelo MOBRAL/Central (Rio de Janeiro), para que eles, ao voltarem aos seus respectivos municípios, tivessem condições

de treinar e fiscalizar os professores, além de repassar a ideologia do movimento.

Embora o MOBRAL pregasse o discurso de que não era centralizador e hierárquico, mas sim aberto, participativo e que as pessoas discutiam com toda liberdade e sem dirigismo, percebe-se a nítida visão da divergência entre o discurso oficial e a realidade vivenciada em termos práticos. Neste sentido, Haddad (1991), salienta que as argumentações de caráter pedagógico não se faziam necessárias, já que o Movimento se desenvolveu em um contexto em que havia dinheiro, controle dos meios de comunicação, silêncio por parte das oposições, como também, intensa campanha na mídia, o que propiciava maior êxito em seus objetivos.

No âmbito local, verifica-se na entrevista concedida por uma ex-professora que o discurso oficial era contraditório, já que em termos práticos evidenciava uma visão pré-determinada, uma vez que o professor deveria apenas executar as funções estabelecidas. Assim, constata-se que suas afirmações vão ao encontro da discussão defendida por Haddad anteriormente. O trecho abaixo mostra que o professor não tinha autonomia didático-pedagógica.

[...] nossa função era apenas executar o projeto [...]. Lá vinha tudo prontinho, tudo pré-estabelecido. E a nós como monitoras, cabia somente colocá-lo em prática, do jeitinho que ele era apresentado a nós. Mesmo porque semanalmente a gente estava dando aula e de repente entrava uma equipe da fiscalização né, pra ver se a gente estava realmente fazendo a coisa direitinho, como tinha nos ensinado (Luzia: ex-professora).

Segundo Corrêa (1979), o MOBRAL tinha o objetivo de integrar os mobralenses ao mercado de trabalho, o que elevaria os índices de crescimento econômico, além de propiciar ao indivíduo autoconfiança, valorização, liberdade e responsabilidade. Esse tipo de discurso também se fazia presente na região de Patos de Minas, conforme artigo jornalístico que mostra

o empenho dos dirigentes locais em inculcar nos indivíduos a importância da educação.

O homem vale pela sua cultura. Por isso empenhamos: vamos desenvolver o nosso povo, abrir-lhe os olhos para o desenvolvimento. No dia 03, em todos os grupos da cidade, tiveram início as aulas do MOBRAL (Folha Diocesana, 1975, p. 01).

Percebe-se que estes discursos não passaram de um jogo ideológico, uma vez que não foi possível constatarlos na prática, ficando apenas na teoria. Portanto, o MOBRAL não poderia oferecer a seus alunos uma educação que os levassem ao desenvolvimento pleno já que este foi desenvolvido em um contexto (regime militar), que não favorecia a liberdade de expressão, necessária a um desenvolvimento global.

Dessa forma, fica evidente que não era de interesse dos governantes que o Movimento levasse o indivíduo à reflexão, pois naquele momento o importante era apenas ensinar as pessoas a assinar o próprio nome para aumentar o número de eleitores, uma vez que estes tornavam-se “presas fáceis” para os políticos, já que não tinham consciência da realidade vivenciada, como também capacidade para interpretar os discursos pregados pelos políticos naquele momento. Isso é confirmado na entrevista da ex-professora no que tange aos objetivos do MOBRAL.

[...] ensinar a ler e escrever, pra aumentar o número de eleitores e não pra criar um cidadão que pudesse está crescendo, desenvolvendo, buscando sua melhoria na qualidade de vida. [...] Eles não interpretavam nem o discurso de um político, nem um texto. [...] Eles liam, mas não interpretavam [...] Aprendiam a ler e escrever, o que facilitava então pra tirar o título de eleitor e votar (Maria: ex-professora).

As afirmações feitas pelas ex-professoras vão de encontro ao discurso de ex-alunos, que afirmam também que o tema política fazia parte de um assunto do qual eles não tinham

conhecimento. A partir de tais dados, percebe-se que o movimento de políticos na escola, não despertou nos alunos a consciência de que, por trás das visitas e dos brindes oferecidos, havia o interesse pelo voto e que isso ocorria por esses alunos não terem consciência crítica do contexto ao qual estavam inseridos.

A gente sabia pouco sobre esse assunto, mais a gente via os políticos rabiando as escolas, sempre iam visitar, levava lanche, coisas gostosas para a gente comer. Levava leite, leite em pó, é, mais a gente era leigo neste assunto. Num sabia qual era o interesse deles (Iracema: ex-aluna).

Para Corrêa (1979), o MOBRAL veio para modificar o panorama educacional, econômico e social da população menos favorecida. No entanto, as entrevistas feitas com ex-alunos de Patos de Minas mostram que isso não aconteceu, pois estes eram e continuam sendo pessoas humildes e sem expectativas em relação a melhoria da qualidade de vida, além de possuírem uma baixa estima acentuada. O trecho da entrevista da ex-aluna retrata tais dados:

[...] é vontade mesmo de aprender assinar, mas o nome é, que eu num sabia nada. Então como diz o caso, já tava velha, mais cheguei e tinha escola ali pertim e fui lá e matriculei eu mesma. Mais daí, a cabeça tava muito ruim, eu fiquei só um mês, num aprendi quase nada não (Iosefa: ex-aluna).

Em relação à situação social e econômica dos ex-alunos do referido Movimento, verificou-se que não houve alteração devido ao ingresso no mesmo. A seguir encontra-se um trecho da entrevista da ex-aluna acerca deste assunto: “Não. Num houve não. A alteração é sair preocupada com a casa e os meninos, num tinha mais nada não” (Iosefa: ex-aluna).

O MOBRAL procurou responsabilizar o indivíduo analfabeto pelos seus possíveis fracassos, como se bastasse a todos apenas querer para poder. No entanto, havia uma

distância gritante entre querer e poder, principalmente em um contexto de ditadura.

Outro discurso pregado por Corrêa (1979), é que o MOBREAL fazia mais do que ensinar a ler e escrever; o programa visava a formação de seres responsáveis, críticos e livres, dentro de uma perspectiva de auto-transformação e transformação de mundo. Entretanto, Paiva (1987) salienta que, no período do regime militar, não era permitida a criticidade, uma vez que esta poderia colocar em risco os interesses dos governantes, isto explica a importância de se pregar um tipo de discurso na teoria e outro totalmente oposto na prática. Sendo assim, tal ideologia se tornou o meio mais viável para controlar possíveis atos de rebeldia da população.

No que tange ao âmbito regional, existia um controle por parte dos dirigentes locais, que determinavam de que forma os professores executariam suas funções, e para que tais objetivos se efetivassem, era necessário vigiar os sujeitos envolvidos no processo a fim de que não ultrapassassem aquilo que era determinado. Diante disso, nota-se que o professor não tinha autonomia em sala de aula, tornando assim, o ensino puramente técnico. Portanto, o discurso pregado pelo Movimento não condizia com as práticas desenvolvidas em Patos de Minas. As professoras eram, muitas vezes, fiscalizadas em suas salas de aula, conforme revela uma ex-professora do movimento: “de vez enquando a gente recebia visita sim. Eu recebi várias visitas da coordenadora e recebi também da supervisora” (Ioana: ex-professora).

O MOBREAL no município de Patos de Minas foi desenvolvido de forma imposta, já que seus dirigentes não discutiram com os professores os meios mais viáveis para a implantação e expansão de suas atividades. Assim, verifica-se que o Movimento não tinha o intuito de propiciar uma educação em que o aluno tivesse possibilidade de se desenvolver intelectualmente, embora pregasse o discurso de que seus alunos além de saírem do curso alfabetizados, também estariam preparados

para prosseguir com estudos mais avançados. Segundo as entrevistas das ex-professoras, os alunos eram pessoas humildes e tinham sonhos muito simples, o fato de saber assinar o próprio nome já era motivo de grande satisfação. Neste sentido constata-se que os mobrealenses ao assimilar as habilidades de ler e escrever se davam por satisfeitos e não almejavam mais nada da educação, que, na realidade, tem um papel social bem mais amplo do que assinar o nome e assim poder votar. O que as pessoas não entendiam é que saber ler, escrever e interpretar descortinava o mundo e favorecia as relações e poderia levar a uma mudança social.

O MOBREAL em Patos de Minas não propiciou as condições necessárias para o crescimento intelectual de seus alunos, que não recebiam incentivo para prosseguirem com os estudos. De acordo com uma ex-professora, ao término do curso, ao final do semestre, eram encerradas as turmas e iniciadas outras. Além disso, não existiam nas proximidades escolas que oferecessem cursos noturnos para alunos trabalhadores.

De acordo com Corrêa (1979), o alfabetizador tinha consciência de que seu aluno não era uma “tábula rasa”, uma vez que já possuía uma experiência de vida que deveria ser (re)conhecida e respeitada. No discurso do Movimento, o mais importante era o aluno, para tanto eram integrados às disciplinas temas ligados à vida cotidiana, reconhecendo a sua realidade. No entanto, entrevistas com ex-professoras, revelaram a falácia desse discurso, o que indica que as autoridades governamentais pretendiam coibir as ações dos professores para que estes não despertassem uma consciência crítica em seus alunos, já que o objetivo era disseminar a ideia de que estavam trabalhando em prol do bem estar da sociedade.

As entrevistas também revelaram que o material didático-pedagógico e a metodologia adotada não se mostravam condizentes à realidade dos alunos. De acordo com uma ex-professora, a grande preocupação no

momento era com a qualificação da mão-de-obra, ou seja, os objetivos do Movimento estavam voltados para o mercado de trabalho.

O material era ineficiente, embora fosse composto de um livro de texto, que era o livro do aluno, um livro de exercícios de matemática, o livro do professor e um conjunto de cartazes. Quanto à metodologia até que não tinha muita diferença da alfabetização funcional, mas ela não atendia a individualidade do aluno. O método saía do aspecto simples da alfabetização e propunha atividades relacionadas as quatro primeiras séries do primeiro grau. Era como um grande método paralelo de educação. Havia uma grande preocupação com a formação de mão de obra (Márcia: ex-professora).

De acordo com Corrêa (1979), o MOBRAL além de propiciar aos alunos as habilidades de ler e escrever, também criou programas de cunho profissionalizante que priorizou as seguintes áreas: cultural, corte e costura, saúde e ação comunitária. No âmbito local, houve a presença de tais programas, os quais foram divulgados no jornal Folha Diocesana. Na área cultural foram oferecidos prêmios aos primeiros colocados do concurso de teatro. Isso tudo, com a finalidade de atrair as massas populares ao Movimento, o que facilitaria a divulgação da ideologia dominante.

Ao analisar a documentação do MOBRAL em Patos de Minas, foi possível perceber que a maior ênfase foi dada aos programas culturais e os cursos profissionalizantes (corte/costura e de empregadas domésticas). Percebe-se também, que a imprensa local procurou divulgar intensamente os objetivos e as ações do Movimento.

Embora o MOBRAL pregasse que os cursos profissionalizantes ofereciam aos seus alunos crescimento pessoal e aperfeiçoamento profissional, nota-se que estes não contribuíram para a melhoria da qualidade de vida do mobralense, pois, nas entrevistas concedidas, os ex-alunos relatam não ter havido mudanças em suas situações socioeconômicas, as quais deveriam

advir com o ingresso no referido Movimento.

O MOBRAL procurou por meio de sua ideologia mobilizar as entidades representativas das diferentes classes sociais do município, pois acreditava que o analfabeto não era responsabilidade apenas do governo e sim de toda a sociedade. Dessa forma, todos deveriam contribuir ativamente e participativamente no intuito de eliminar o analfabetismo. Tal discurso se fez presente na entrevista concedida por Moller no jornal Folha Diocesana de Patos de Minas, em 1972:

Através de campanhas, promoções sociais, atendimento às leis: 1.123 de 8.9.70 e 58.400 de 10.5.66. O analfabeto não é apenas do governo; é de todos nós da comunidade. Cada pessoa que participa de uma maneira, ou outra, está 'engaiada', está comprometida com o programa do MOBRAL que deve dar a sua contribuição através de uma participação ativa e efetiva. Esta participação deve ser crítica, isto é, deve decorrer de uma observação e de um julgamento objetivo, evitando esquemas e considerações sem fundamento científico. Ouero deixar aqui meu pedido as entidades de classes – Lions, Rotary, A.C.A.R, L.B.A e outros, que continuem dando o mesmo apoio moral a fim de extinguir o analfabetismo neste próspero e promissor município (Folha Diocesana, 1972, p. 01).

Além do apoio empresarial, o MOBRAL contou também com o auxílio e a colaboração da Igreja Católica. Essa aliança em Patos de Minas ficou evidente nas matérias jornalísticas publicadas no jornal Folha Diocesana, conforme trechos que retratam essa relação.

Seguirá a Belo Horizonte o Exmo e Revmo. Sr. Monsenhor João Baptista Balke, representando a Diocese de Patos de Minas, participará de um encontro com os Prefeitos Municipais em Belo Horizonte, ocasião em que o MOBRAL fará o lançamento de seu programa para o ano de 1971 (Folha Diocesana, 1971, p. 01).

Dessa forma, verifica-se que a Igreja teve uma relevante participação no processo

da alfabetização de jovens e adultos em Patos de Minas. Foi verificada a assídua presença de seus representantes nos encontros e solenidades organizadas pelo Movimento e a celebração de missas nos encerramentos das atividades desenvolvidas.

O movimento de alfabetização encerrou solenemente suas atividades, no dia 10 (domingo) com participação na Missa das 9 horas, na Matriz, estando presentes coordenadores, professores, 2560 alunos e o prof. Dr. José R. Duarte (Folha Diocesana, 1971, p. 01).

Para o MOBRAL era extremamente importante o apoio da Igreja Católica, pois ela poderia contribuir de forma significativa na disseminação de sua ideologia entre os fiéis religiosos. Tal parceria tornava-se imprescindível, uma vez proporcionaria rapidamente a integração das massas ao Movimento. A matéria a seguir evidencia nitidamente o apelo em prol de tal união:

Dentro da programação estabelecida pelo Governo e que vem sendo desenvolvida pela Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização em todo os pontos do país, é de capital relevância a união de esforços com a Igreja Católica, no sentido de, mais rápido e decisivamente, integrar as pessoas no contexto social de suas comunidades (Folha Diocesana, 1975, p. 01).

As festividades organizadas pelo MOBRAL em Patos de Minas tinham o intuito de integrar as massas populares em seus programas, além de arrecadar fundos para a manutenção dos mesmos. O movimento procurava estar sempre presente em manchetes de jornais, já que seria interessante divulgar suas ações e o resultado dessas ações como corroboradoras com a extinção do analfabetismo. A matéria jornalística abaixo divulga a conclusão de mais uma turma em Patos de Minas.

No dia 20, no Colégio Estadual "Professor Antônio Dias Maciel", foram entregues os certificados de conclusão a mais uma turma do MOBRAL. Desta vez foram 58 concluintes e atingimos a mais de 280 pessoas alfabetizadas pelo MOBRAL em nossa cidade, no corrente ano (Folha Diocesana, 1973, p. 01).

Para Corrêa (1979), o MOBRAL tinha como objetivos principais a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos, o que possibilitaria a concretização de uma política de desenvolvimento social, econômico, político e cultural, cujo intuito era atingir toda a população brasileira. No entanto, Haddad (1991), afirma que o curso oferecido era aligeirado, não possuía fundamentação pedagógica, já que não havia tido a participação de educadores em sua elaboração, como também desenvolvia um discurso carregado de preconceitos no que concerne ao aluno analfabeto. Esse movimento preocupava-se em oferecer um material didático no qual a qualidade gráfica se sobrepunha ao conteúdo, ou seja, o Movimento pretendia atingir os objetivos estratégico-políticos e não os de caráter educacional como pregado em seu discurso.

As entrevistas concedidas pelas ex-professoras mostram que os alunos ao terminarem o curso não conseguiam dominar habilidades básicas de leitura, escrita e principalmente interpretação de texto, por causa do curto tempo de estudo e pelo não oferecimento de curso complementar. Dessa forma, os coordenadores do movimento estavam interessados mais na quantidade de certificados emitidos do que na qualidade do ensino.

Os dirigentes do MOBRAL fixaram para o curso uma duração de cinco meses, com duas horas diárias de aula. Para Corrêa (1979), os resultados obtidos foram satisfatórios e por isso, a duração de cinco meses foi mantida até o final. Entretanto, percebe-se que os alunos, ao final dos cinco meses, não saíram alfabetizados, comprovando que cinco meses não tempo suficiente para proporcionar ao

aluno o conhecimento básico do ensino fundamental, já que, conforme aponta uma ex-professora entrevistada, o indivíduo adulto tem maior dificuldade no processo de alfabetização do que aqueles que estão na idade primária.

O tempo era muito curto, era um período de 5 meses, então pra proporcionar um conhecimento básico correspondente às quatro primeiras séries do ensino do primeiro grau era muito pouco. Além do tempo ser muito pequeno, a alfabetização do indivíduo adulto é muito mais lenta do que a alfabetização infantil, principalmente no que se refere a coordenação motora, que é muito grossa né (Márcia: ex-professora).

A ex-professora, afirmou ainda na entrevista que era necessário convencer os alunos da importância de frequentar as aulas diariamente, por causa do grande número de faltas, devido, principalmente, a problemas de saúde enfrentados, dificuldades de aprendizagem e pouca perseverança por parte dos alunos.

As principais dificuldades era convencer os alunos à assiduidade as aulas. Eles faltavam muito. Reclamavam de problemas de saúde, do frio e da chuva. Isso ocorria também, devido a idade deles. Um outro problema era evitar a evasão, o que era muito frequente. Logo de início, alguns desanimavam, achavam que estava difícil, que não iam conseguir aprender. Eles queriam resultados imediatos, o que não ocorria, principalmente de adultos (Márcia: ex-professora).

Percebe-se que as professoras tinham a preocupação em criar estratégias para que os alunos não desistissem do curso, já que acreditavam que a evasão escolar estava intimamente ligada ao cansaço e a baixa auto-estima.

Ao analisar as entrevistas concedidas pelos alunos verifica-se que suas opiniões acerca das dificuldades enfrentadas em sala de aula iam ao encontro ao que foi relatado pelas professoras. De acordo com a ex-aluna, a evasão escolar se

dava porque os alunos estavam sempre: “Muito cansado, trabalhava muito, outros mesmo por falta de incentivo, num tinham vontade de aprender, e deixou a escola”. (Iracema: ex-aluna)

Para o ex-aluno a maior dificuldade encontrada no processo de ensino-aprendizagem foi a coordenação motora, uma vez que era muito difícil aprender a manusear um lápis depois de adulto: “É, no início era escrever né. É difícil saber escrever, que se a gente nunca escreveu para começar pegar num lápis é, a dificuldade é grande”. (José: ex-aluno)

O índice de evasão escolar dos alunos em Patos de Minas era muito elevado, o que levou à extinção de algumas turmas, devido à exigência de um percentual mínimo de alunos para o funcionamento das classes:

[...] muitos abandonaro, muitos dizia que tava cansado, trabalhava muito durante o dia, outros mermu por falta de insentivu, num tinha vontade de aprender, e dexou a escola. E os alunos foi ivadinos e foi ficano difico pra professora né, e ela falava se eles num voltar vai ter qui fechar, foi até qui infelizmente, fechou (Iracema: ex-aluna).

De acordo com Corrêa (1979), o Movimento fixou um limite mínimo de 15 alunos e, máximo, de 25 por sala e também a gratificação recebida pelo professor que tinha como base o valor aluno-programa, de forma que a frequência do mobralense estava intimamente ligada ao salário recebido pelos professores.

No que se refere ao âmbito regional, nota-se que tais exigências também se faziam presentes. De acordo com o depoimento de ex-professora, o número de alunos variava já que dependia muito mais do esforço deles do que da própria coordenação geral. Por isso, as ex-professoras tinham que sair nos bairros visitando as residências no intuito de atrair alunos analfabetos para a sala de aula, já que o salário recebido variava de acordo com o número de alunos presentes nas salas de aula.

Para Corrêa (1979), a atuação prioritária

do MOBRAL em relação ao problema do analfabetismo era de eliminá-lo no decorrer da década de 1970, e que seus esforços estariam concentrados na faixa dos 15 aos 35 anos de idade, uma vez que esta faixa etária representava a grande parcela da população ativa do Brasil. Assim, seria necessário preparar urgentemente essas pessoas para o mercado de trabalho, já que o país passava por um momento de crescimento econômico e de intensa urbanização.

Todavia, percebe-se que o Mobral em Patos de Minas não conseguiu atingir seus objetivos, uma vez que os alunos assíduos eram, em sua maioria, idosos, ou seja, não estavam na faixa etária dos 15 aos 35 anos. De acordo com uma ex-professora, os alunos “eram mais idosos mesmo, a partir dos 40, 50, até 60 anos... por aí” (Luzia: ex-professora).

Diante dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1980, verifica-se que a população residente em Patos de Minas neste período era bastante jovem, uma vez que o percentual de pessoas na faixa de 0 a 29 anos atingiam um índice de quase 70% da população entrevistada. A partir desses dados, percebe-se que o Mobral patense, ao atrair apenas alunos na faixa etária acima de 30 anos, não atingiu seus objetivos, já que seus alunos faziam parte de um percentual de pouco mais de 30%.

Analisando os dados fornecidos pelo IBGE acerca do analfabetismo no município de Patos de Minas, nos censos populacionais de 1970 e 1980, verificou-se que, em 1970, de um total populacional de 64.626 pessoas, sendo, 31.546 homens e 33.080 mulheres, havia aproximadamente 24.214 pessoas sem instrução, o equivalente, em termos percentuais, a 35% de homens e 40% de mulheres.

Em 1980, de um total de 75.992 pessoas, das quais 37.432 eram homens e 38.560 mulheres, havia cerca de 18.843 sem escolarização, o que significa um índice de 24% de homens e 26% de mulheres analfabetos.

Embora o MOBRAL tenha diminuído o índice do analfabetismo no município de

Patos de Minas, as ações desenvolvidas foram muito mais de cunho ideológico do que educacional, uma vez que sua proposta era de erradicar o analfabetismo no país, considerado a causa de impedimento para o desenvolvimento, visto também como motivo de vergonha nacional diante de agências internacionais, principalmente da UNESCO.

A falha do MOBRAL deveu-se ao fato dele não conseguir ter alterado as reais condições dos alunos, pois percebe-se, por meio da documentação analisada, que não houve mudanças significativas no âmbito social, econômico e profissional dessas pessoas. Também não parece ter havido aumento nas taxas da força de trabalho, redução no desemprego ou aumento na renda pessoal que estejam atribuídos ao Movimento.

Considerações Finais

A oferta de serviços de educação com qualidade para jovens e adultos é um desafio a ser superado no Brasil. É preciso considerar a necessidade de qualificar a demanda para esses serviços, por meio de ações culturais e políticas, voltadas para o amplo reconhecimento do valor da educação de jovens e adultos como estratégia de promoção de equidade educativa e social.

Nesse sentido, as autoridades governamentais precisam assumir o problema do analfabetismo de forma mais efetiva, como também procurar envolver toda a sociedade a engajar-se em iniciativas voltadas à elevação do nível educacional da população. É necessário que a sociedade compreenda que a educação é essencial à vida do ser humano.

É necessário estabelecer planos mais realistas e eficazes no campo da educação para elevar os níveis educacionais da população brasileira. Infelizmente, ainda existe um déficit significativo nesse sentido, embora a educação seja um direito de todos. Com base nesse princípio, faz-se necessário avaliar os planos e políticas dessa área, visando aperfeiçoá-los com

diretrizes mais coerentes quanto às estratégias e recursos necessários para colocá-las em prática.

Logo, acredita-se que o analfabetismo de jovens e adultos só poderá ser superado se houver escolas de Educação Básica de

qualidade para todos, além de programas de longo prazo e processos de mobilidade social, em que permitam a vinculação do desenvolvimento educacional com o social.

Referências

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974, p. 189.

CORRÊA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: MOBREAL, 1979, p. 472.

Estudantes Patenses Colaboram com o MOBREAL. **Folha Diocesana**, Patos de Minas, 10/08/1972, n. 662, p. 01.

HADDAD, Sergio. **Estado e educação de adultos** (1964-1985). 1991. 360f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

JANNUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico**: Paulo Freire e MOBREAL. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, p. 111. (Coleção Educação Universitária).

MOBREAL & Igreja. **Folha Diocesana**, Patos de Minas, 27/03/1975, n. 795, p. 01.

MOBREAL em Foco. **Folha Diocesana**, Patos de Minas, 06/02/1975, n. 787, p. 01.

MOBREAL. **Folha Diocesana**, Patos de Minas, 24/03/1971, n. 604, p. 01.

MOBREAL: preparando um amanhã melhor. **Correio de Patos**, Patos de Minas, 04/10/1980, n. 204, p. 04.

O MOBREAL no país e em Patos de Minas. **Folha Diocesana**, Patos de Minas, 10/02/1972, n. 45, p. 05.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1987, p.159-356.

Representante diocesano no encontro do MOBREAL. **Folha Diocesana**, Patos de Minas, 11/02/1971, n. 593, p. 01.

Submetido em 20 de junho de 2009

Aprovado em 08 de setembro de 2009